

ENIO MARTINS MURAD
OAB 9.642

SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

ENIO MARTINS MURAD, brasileiro, advogado, atuando em causa própria, OAB MS 9.642, CPF: 164.502.528-47, RG: 489/533, divorciado, residente e domiciliado à Rua Júlio Dittimar, n. 623, em Campo Grande Estado de Mato Grosso do Sul, vem, por infringência ao artigo 37 “*caput*” da Constituição Federal e dispositivos do Decreto N. 10.267/2020, com fundamento nos artigos 53 e 55 da Lei n. 8.429/1992 e artigos 235 e 237 dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, vem, respeitosamente, apresentar **DENÚNCIA** em face do **Excelentíssimo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal ALEXANDRE DE MORAIS**, em face da utilização de avião da Força Aérea Brasileira no dia 26 de março de 2025, conforme as razões expostas a seguir:

I – DA ADMISSIBILIDADE

Registra-se, inicialmente, que o denunciante possui legitimidade para ao Tribunal de Contas da União, consoante o disposto no artigo 235 e 237 do Regimento Interno do TCU.

Além disso, a denúncia trata de matéria de competência do TCU, refere-se a responsável sujeito a sua jurisdição e se encontra acompanhada de indício de irregularidade ou ilegalidade, consoante disposto **denunciar** no art. 235 do Regimento Interno/TCU. Destaca-se que os recursos empregados na contratação são de origem federal cuja dotação orçamentária está vinculada às despesas do Ministério da Defesa especialmente aqueles destinados à Força Aérea Brasileira.

Verifica-se, por fim, que há interesse público na apuração dos fatos pelo TCU, em atendimento ao disposto no art. 103, § 1º, *in-fine*, da Resolução – TCU 259/2014, considerando que, caso sejam confirmadas as irregularidades apontadas, há potencial risco de dano ao erário.

Ao tratar da possibilidade do recebimento e tramitação da presente Denúncia a Lei n. 8.429/1992 estabeleceu que:

Art. 53. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

§ 1º (Vetado)